

PERCURSOS DO INVISÍVEL: REFLEXÕES SOBRE A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Silvana Garcia de Andrade Lima

Parece ser cada vez mais atual discorrer acerca da População em Situação de Rua. Alguns autores chegam a considerá-los como um “fenômeno” que cada vez mais tem ganhado espaço em discussões no meio acadêmico, na sociedade civil e como público-alvo de ações por parte do Poder Público e das organizações não governamentais.

Na Academia, são considerados como uma rica fonte de estudos, alvo principal das Ciências Humanas e Sociais. Na sociedade civil, oscilam entre o estigma de criminalidade, o de “coitadinho” – usuário preferencial de ações puramente assistencialistas, e o de sujeito de direitos e deveres; restando ao Poder Público ações higienistas, a omissão e mais recentemente, a complexa tarefa de se pensar ações intersetoriais de enfrentamento à problemática – o que tem representado um grande avanço nesta década.

Os moradores de rua, enquanto um fenômeno tipicamente urbano estão presentes desde o renascimento das cidades nos séculos XV e XVI, segundo diversos autores. O problema de morar nas ruas e/ou tirar sua subsistência delas não é um fenômeno da vida urbana contemporânea, remete, pelo menos, ao renascimento das cidades, no início do capitalismo, quando pensadores, como Max e Engels, por meio do pensamento político, e romancistas, como Vitor Hugo, através da obra literária *Os Miseráveis*, já sinalizavam para a existência dos miseráveis.

No começo do século XVII, intrigados com a grande migração de famintos para as grandes cidades, instigados pela

própria estrutura do poder local, os ingleses instituíram políticas públicas voltadas para a remediação da pobreza em seus locais de origem. Já na França, em 1789, a Revolução burguesa teve como grandes aliados na sua base de sustentação os mais pobres e miseráveis (BURSZTYN, 2000).

Várias são as expressões que os definem. Em seu livro *Vidas de Rua*, Rosa (2004) identifica cerca de cem expressões que estariam relacionadas aos moradores de rua. Expressões quase sempre permeadas de preconceito, legitimando certas ações por parte da sociedade e do próprio Poder Público.

A Organização das Nações Unidas – ONU – considera a população em situação de rua como *Homeless*, definindo-os como aqueles moradores sem um abrigo, que se inclua no âmbito dos alojamentos habitáveis. Já na França, utiliza-se o termo SDF (*san domicile fixe*), para definir “aqueles que não possuem um domicílio fixo ou uma moradia convencional” (GIORGETTI, 2006, p.20).

Tais conceitos são generalistas para os padrões da realidade brasileira. No Brasil, um dos primeiros conceitos acerca da População em Situação de Rua foi elaborado pela Organização do Auxílio Fraternal da cidade de São Paulo – OAF/SP, uma das primeiras instituições a trabalhar com esse segmento populacional, definindo-a como:

[...] conjunto de pessoas com características sociológicas e psicológicas especiais que se expressam numa [dificuldade de adaptação à vida em sociedade]. São os mendigos, prostitutas, alcoólatras, migrantes, recém-chegados, psicopatas, egressos de prisão, menores abandonados, toxicômanos, etc. (OAF 1978 *apud* ROSA 2004).

A definição acima citada reflete o que os moradores de rua representavam para a sociedade em geral. Eram consi-

derados como indivíduos que possuíam problemas comportamentais e até mesmo de caráter. Felizmente, as atuais definições acerca da População em Situação de Rua levam em consideração outros fatores, buscando romper como estigma moralista de análise, ainda que para o senso comum eles continuem sendo “desajustados sociais” que insistem em transgredir o espaço público, realizando nele atividades que são lícitas apenas ao âmbito doméstico.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS, a fim de legitimar a prioridade no atendimento ao segmento, elaborou um conceito de morador de rua, convocando para isso instituições movimentos sociais, prefeituras e teóricos, a saber:

Grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos e a não referência de moradia regular (FERREIRA e MACHADO, 2004, p.110).

A rua tanto pode se constituir num abrigo para os que, sem recursos, dormem circunstancialmente em logradouros públicos quanto pode constituir-se em local principal de habitação e de estabelecimento de diversificadas redes de relações. “Essas situações podem ser dispostas num continuum, tendo como referência o tempo de rua; à proporção que aumenta o tempo, se torna estável a condição de morador” (VIEIRA, 1992, p.53). Baseada nisso, a autora identifica três situações quanto à permanência na rua. O “ficar na rua”, “estar na rua” e o “ser da rua”.

O *ficar na rua* se reporta àqueles que estão circunstancialmente na rua e ainda não possuem um vínculo de relações solidificado com a mesma. A dimensão do *estar na rua*, se refe-

re àqueles que embora, recentemente na rua, já estabeleceram vínculos de amizade com outros moradores de rua e adotam estratégias próprias de quem vive na rua há mais tempo. A última dimensão é o *ser de rua*, neste ponto a rua já se apoderou do indivíduo. Ele já está adaptado à vivência na rua, conhecendo seus “atalhos”, a rede de sobrevivência e estabelecendo uma teia de relações pessoais com aqueles que perpassam seu cotidiano sob a forma de instituições ou passantes.

É interessante considerar que embora muitos moradores de rua já estejam há bastante tempo nas ruas, nem todos possuem essa mobilidade ou racionalidade na apropriação dessas estratégias, uma vez que muitos sofrem de transtornos mentais de diferentes naturezas e realizam um percurso pela cidade definido por Pimentel (2005) como “percurso delirantes”, além disso, há uma acentuada perda de perspectivas para o futuro.

Mais, como eles chegaram à rua? Ou como a rua chegou até eles? Muitos já possuíam uma vivência de rua desde a infância, outros romperam com suas famílias por motivos diversos, outros foram vítimas do tráfico e/ou uso de drogas ou ainda do desemprego. Entretanto, se as justificativas para se chegar às ruas são as mais variadas, o mesmo não ocorre com o discurso de saída das mesmas.

Em geral, o discurso de saída da rua está muitas vezes pautado na alegativa da entrada no mercado de trabalho, no deixar da droga, ou talvez no retorno ao seio familiar. Certos que sua trajetória de rua ou sua desgraça estão colocadas devido à escassez de trabalho, e que tudo poderia ser transformado, quase como num conto de fadas, caso uma oportunidade de trabalho lhes fosse oferecida. De acordo com Jares (2002) perder as esperanças nas possibilidades da transformação social é um dos fatores mais negativos que a ideologia neoliberal

tem gerado. Os trabalhadores têm medo das consequências da globalização, vão dormir com a incerteza do trabalho na manhã seguinte.

É fundamental compreendermos que o aspecto da escassez do trabalho deve ser levado em consideração, contudo é um elemento potencializador e não definidor, essa questão perpassa também pela subjetividade do indivíduo que a partir do auxílio de elementos externos à sua vontade, poderá ser impulsionado, por desejo próprio, a sair dessa condição de vulnerabilidade social. Segundo Peres (1997) esse aspecto aponta para reforma íntima do homem, em que há a transformação de velhos hábitos, para o novo indivíduo, livre das más tendências.

É importante pontuar que esses atores desde que apresentados à rua necessitam de acolhimento e atendimento para realizar o caminho de volta, pois o ambiente da rua por si só é hostil e insalubre, destituindo por vezes a dignidade, a moralidade e a paz dos indivíduos. Contribui sobremaneira com a perpetuação da violência e o comprometimento da ética, sobressaltando os instintos mais primitivos do homem.

A violência é um dos aspectos mais pautados na rua, pois a disputa pela vida dá-se quase que minuto a minuto. Como ter paz quando o direito à moradia é violado? Como ter paz quando o direito a dignidade humana é transgredido? Como ter paz quando os direitos humanos são usurpados?

A paz é um fenômeno amplo e complexo que exige uma compreensão multidimensional. Ao mesmo tempo, uma compreensão ampla da paz exige uma compreensão ampla da violência, conceito que é a antítese de paz e de não-guerra [...] a paz refere-se a uma estrutura e a relações sociais caracterizadas pela ausência de todo tipo de violência e pela presença de justiça, igualdade, respeito e liberdade (JARES, 2002, p.131).

Até a década de 1990, o que se tinham eram algumas ações assistenciais locais, longe ainda da eficácia pretendida, limitadas às velhas políticas de abrigamento ou políticas de deportação do problema. Outras ações eram desenvolvidas pela sociedade civil, especialmente grupos religiosos, ou por pessoas que penalizadas pela absoluta situação de miséria e desprezo que os moradores de rua estavam, desenvolviam algumas ações de caridade, que, em suma, limitavam-se a oferecer comida ou agasalhos.

Historicamente, as políticas de atendimento aos moradores de rua, desenvolvidas pelo poder público era de reconhecê-los indistintamente como mendigos e/ou vagabundos. O processo de reordenamento do espaço público das cidades brasileiras do final do século XIX, sob o viés da medicina social, promoveu mudanças de hábitos e controle do espaço público, retirando tudo o que poderia ser considerado um obstáculo à modernidade.

Uma política de “caça aos mendigos” é instaurada, visando à “eliminação de esmoleres, pedintes, indigentes, ébrios, prostitutas e quaisquer outros grupos marginais das áreas centrais da cidade,” (SEVCENKO, 1995, p.34), os que exerciam “profissões de miséria¹”, tinham sua presença tolerada nos novos espaços surgidos, mas estavam sob a vigilância constante das autoridades locais.

¹ A descrição de João do Rio (1905) citada por Sevcenko em sua obra, sobre as “profissões de miséria” e a forma como esses “profissionais” eram tratados, lembram a condição atual a qual são submetidos um grande número de catadores de material reciclável. “Todos esses pobres seres tristes vivem do cisco, do que cai nas sarjetas, [...] são os heróis da utilidade; os que apanham o inútil para sobreviver. [...] os papeleiros; os cavaqueiros, que revolviam lixo em busca de objetos e materiais vendáveis; os chumbeiros, apanhadores de resto de chumbo. [...] A polícia não os prende, e, na boemia das ruas, os desgraçados são ainda explorados pelos adelos, pelos ferros-velho” (SEVCENKO, 1995. p.60).

É pertinente frisar que essa política de retirada de “vagabundos” (entendidos aqui por aqueles que não tinham residências fixas) de circulação e de caça aos mendigos pela polícia, se estabeleceu por todo o território nacional e que perdurou durante muito tempo como principal prática junto a esse segmento. Em Fortaleza, por exemplo, as ações profiláticas visavam o imenso contingente de migrantes, expulsos do campo pela seca que enxergavam na capital alencarina possibilidades de sobrevivência.

A seca trazia consigo uma condição de miséria ao campo. O campo, por sua vez, se deslocava com sua miséria para o perímetro urbano da cidade de Fortaleza. Grandes arraiais ou abarracamentos eram construídos nas áreas marginais ao perímetro central, para evitar que as levas de retirantes se instalassem nas recém-reformadas praças da cidade, desassossegassem seus habitantes e prejudicassem o estado sanitário da mesma.

Durante a seca de 1877/1879 eram treze abarracamentos: Meireles, esta época considerado zona marginal, realidade bem diferente da atual, onde é considerado bairro de elite com um dos melhores IDH's do município 0,974; Aldeota, considerado hoje também bairro nobre, cerca de 35,97% dos domicílios têm renda superior a 20 salários mínimos; São Luiz, Pajehú, Boa Esperança, Alto da Pimenta, Benfica, São Sebastião, Alto do Moinho, Alagoa Secca, Jacarecanga, Via Férrea e Engenheiros². Paralela a essa política de confinamento da pobreza aos subúrbios, outra política adotada pelo governo provincial cearense para combater os efeitos da seca foi a chamada “expatriação forçada” dos retirantes para cidades do sul e para o Amazonas.

² MESQUITA, A. Cecília. A seca desenha a cidade. **Revista Fortaleza**. Fortaleza, n.5, maio. 2006.

Desta forma, o atendimento à população de rua brasileira, na verdade é uma continuação da política destinada aos pobres e miseráveis que data desde o período colonial brasileiro, alternou-se entre a repressão por parte do Estado e a caridade e filantropia por parte de instituições religiosas e mais recentemente, estabelecimentos comerciais.

Por que olhar para o que não se quer ver? Para que se preocupar com aquilo que ninguém se ocupa? Observar o invisível, para quê? Tais questões são recorrentes do pensamento humano velado, cujo teor não deve ser revelado, a fim de não trazer constrangimentos, e remete a um sistema onde cada um tem seu lugar social e transgredi-lo é inaceitável.

Dentro desta perspectiva, os anos 1990 marcam uma mudança de concepção, por parte do Estado acerca do atendimento aos moradores de rua que começa a entendê-los como público-alvo prioritário, entretanto, vale ressaltar que uma rede de atendimento à população em situação de rua na cidade de Fortaleza formada por instituições religiosas já fazia esse atendimento de forma acolhedora e eficaz há muito tempo, entre elas estão: Pastoral do Povo de Rua, Refeitório São Vicente de Paulo, Grupo Espírita Casa da Sopa, Fundação Ana Lima entre outras, dando prioridade ao aspecto do amor, acolhida, paz e fraternidade. Muitas pessoas se agregam nessa rede de solidariedade na intenção de trabalhar em favor desse público, em geral nos atendimentos socioassistenciais desenvolvidos por essas entidades.

Interessante destacar que essa rede de instituições, em número de atendimento, no processo de recuperação de saída das ruas, tem logrado bastante êxito, talvez pelo distanciamento da metodologia do Estado laico, e a partir de técnicas pautadas na transformação do homem por meio da democracia e dos direitos humanos, no que diz respeito ao aspecto reli-



gioso. Parafraseando Jares (2002, p.129) “paz, direitos humanos e direito à paz estão tão intimamente interconectados que a realização de uns exige a realização dos outros.”

É inegável a participação positiva que essas entidades têm dado no cenário social na perspectiva da recuperação e na elaboração de projetos de vida desses homens de rua que tiveram seus sonhos esquecidos e se veem na iminência de se reencontrar consigo mesmos. Devemos, no entanto, ressaltar que essas instituições são feitas por pessoas que acreditam que ainda há possibilidade de acolhida, refazimento, de encontro com a paz.

Desta forma, entendemos que existe um público lá fora que está a nossa espera, tentando se recuperar do contato nocivo que a rua pode provocar, das armadilhas da falsa liberdade, da droga, do desamor, da desesperança, da falta de políticas públicas e do abandono do Estado e do outro que o esqueceu à mercê do limbo. Este indivíduo encontra-se entre um mundo e outro, na invisibilidade, gritando sua dor para a sociedade, para que ela reflita e se sensibilize sobre a sua condição e que possa por meio de atitudes concretas gerar homens mais justos e um mundo mais pacífico.

Referências Bibliográficas

BURSZTYN, Marcel (Org.). *No meio da rua-nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Gramond, 2000.

FERREIRA, F. P. Martins; MACHADO, S. C. Carrilho. *Vidas privadas em espaços públicos: o caso dos censos da população de rua em Belo Horizonte conceitos e exclusão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2007.

GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: uma questão social?*. São Paulo: Fapesp, 2006.

- JARES, Xesús R. *Educar para paz em tempos difíceis*. São Paulo: Palas Athena, 2002.
- MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de, JÚNIOR, Raimundo Nonato e organizadores. *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- MESQUITA, A. Cecília. *A seca desenha a cidade*. Revista Fortaleza. Fortaleza, n.5, maio. 2006.
- PERES, Ney P. *Manual prático do espírita*. São Paulo: Pensamento, 1986.
- PIMENTEL, Lídia Valesca. *Vidas nas Ruas, Corpos em Percursos no Cotidiano da Cidade*. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará-UFC. Fortaleza.
- ROSA, Cleisa M. M. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- VIEIRA, M. A. da Costa; BEZERRA, Eneida M. Ramos; ROSA, Cleisa M. Maffei (Orgs.). *População de rua quem é, como vive, como é vista*. São Paulo: HUCITEC, 1992.

